

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que se encontram a aguardar a realização de cirurgia são inscritos no Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), criado na sequência dos programas especiais de combate às listas de espera. Assim, a informação relativa à atividade cirúrgica programada e à realizada pelos serviços de urgência é obrigatoriamente registada e transferida para o Sistema Informático de Gestão da Lista de Inscritos para Cirurgia (SIGLIC), que está centralizado na Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS). Quando os prazos para realização da cirurgia não são cumpridos, a Unidade Hospitalar de Gestão de Inscritos (UHGIC) emite de imediato um vale cirurgia a favor do utente.

Na pergunta que endereçámos ao Ministério da Saúde em novembro de 2016 (Pergunta n. 1545/XIII/2.^a de 30 de novembro de 2016), relatámos as informações que então circulavam e que davam conta de que as unidades hospitalares estarão a mascarar as listas de inscritos para cirurgia, de modo a melhorarem as estatísticas e a evitarem que o vale cirurgia seja emitido. Conforme o indicámos, uma destas situações ocorreu em março de 2016, quando se soube que o Centro Hospitalar Tâmega e Sousa E.P.E. teria colocado cerca de 500 utentes como “pendentes”, fazendo assim com que os tempos máximos de espera nunca fossem atingidos, uma vez que o tempo nunca começaria a contar.

Na altura, o Bloco de Esquerda endereçou uma questão a todas as unidades hospitalares com o intuito de melhor conhecer esta realidade. Na sequência das respostas obtidas, constámos que, nos últimos três anos, foram gastos mais de cem milhões de euros com o pagamento de cirurgias através dos vales cirurgia. Defendemos que os hospitais públicos sejam dotados dos meios necessários para poderem dar as respostas adequadas aos seus utentes, nos tempos preconizados e batemo-nos por esta medida.

De igual modo, consideramos fundamental que se saiba se, de facto, estão a ocorrer processos de manipulação das listas de inscritos para cirurgia e, assim, no dia 6 de abril de 2016, questionámos o Ministro da Saúde sobre esta situação, na audição decorrida na Comissão Parlamentar de Saúde. Em resposta ao Bloco de Esquerda, o ministro afirmou que terá

acontecido uma de duas coisas: ou não aconteceu nada ou aconteceu uma má prática que terá que ter consequências. Adalberto Campos Fernandes confirmou ainda que tinha pedido uma averiguação à Inspeção Geral das Atividades em Saúde (IGAS) e que o respetivo relatório deveria ser entregue “no início da próxima semana”, ou seja, na semana de 11 de abril de 2016.

Como estávamos em finais de novembro e este relatório não era ainda conhecido, enviámos a referida pergunta dirigida ao Ministério da Saúde, questionando sobre a previsão para a publicação do relatório sobre a possível manipulação de lista de inscritos para cirurgia, e também um requerimento (Requerimento n.º 60/XIII/2.ª de 30 Nov. 2016), na mesma altura, solicitando uma cópia do próprio relatório.

Na resposta que nos foi enviada já em fevereiro de 2017, é dito que as «as ações inspetivas ao Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E., nos anos de 2015 e 2016, não tiveram por objeto a matéria sobre listas de Espera para Cirurgia». Porém, na mesma resposta, é também dada a informação de que foram desenvolvidas «diligências internas» pelo Conselho de Administração, as quais «resultaram no apuramento de não existência de situações de dependência não autorizada».

Como tal, consideramos que a inicial necessidade de esclarecimento e transparência permanece e de forma agravada, dada a vaguidade da resposta obtida. Por esta razão, o Bloco de Esquerda pretende saber que diligências foram realizadas e de que forma se apuraram os resultados descritos, bem como saber se o Ministro da Saúde chegou a receber o relatório da IGAS, o que esperava em abril de 2016.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Governo, através do Ministério da Saúde, o seguinte documento:

- Cópia do relatório sobre as diligências internas realizadas pelo Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, E.P.E., para averiguação de possível manipulação de lista de inscritos para cirurgia.

Palácio de São Bento, segunda-feira, 13 de Março de 2017

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)